

**HABEAS CORPUS Nº 564.306 - SP (2020/0051208-8)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**CAMILA UENO - SP256483**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : MOISES VIEIRA DA SILVA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo que proferiu acórdão assim ementado (fl. 82):

Agravo em Execução - Execução criminal - Prescrição da Pretensão Executória - Trânsito em julgado para ambas as partes - Decisão mantida - Recurso desprovido.

O paciente foi condenado, como incurso no crime do art. 33 da Lei 11.343/2006, à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime inicial aberto, substituída por restritivas de direito.

Pugna a impetrante, em liminar, pela suspensão da execução da pena – com a a soltura do paciente – e, no mérito, pelo reconhecimento da prescrição da pretensão executória.

Indeferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal se manifestou pela denegação da ordem.

É o relatório.

**DECIDO.**

Sobre o reconhecimento da prescrição da pretensão executória, extrai-se do acórdão (fls. 83-84):

É certo que o trânsito em julgado para a acusação, não tem caráter absoluto, pois, não é possível o agravamento da situação do réu em sede recursal, em razão do princípio da “non reformatio in pejus”.

No entanto, se não houve trânsito em julgado para ambas as partes, não se operou o trânsito em julgado propriamente dito, pois, se, por exemplo, provido eventual apelo defensivo, reabrem-se para a acusação as vias recursais.

Ademais, enquanto não houver trânsito em julgado para ambas as partes, o Ministério Público não pode pleitear a execução da pena.

Nesse sentido, STF, HC 84.078/MG, Rel. Min. Eros Grau, j. 05.02.2009.

Assim, não seria razoável se reconhecer a prescrição da pretensão executória pelo transcurso de um prazo em que o Estado não pode agir.

**Portanto, correta a decisão do juízo a quo considerando o marco inicial**

**para contagem da prescrição da pretensão executória a data do trânsito em julgado para ambas as partes.**

Desta forma, como se vê, nenhum reparo merece a r. decisão recorrida, que deve ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Concluiu o Tribunal de origem ser *correta a decisão do juízo a quo considerando o marco inicial para contagem da prescrição da pretensão executória a data do trânsito em julgado para ambas as partes.*

Com o devido acatamento às conclusões do Tribunal de origem, o entendimento esposado no acórdão destoa da jurisprudência desta Corte, no sentido de que *Nos termos do art. 112, I, do Código Penal, o termo inicial do prazo da prescrição da pretensão executória é a data do trânsito em julgado para a acusação, e não para ambas as partes, prevalecendo a interpretação literal mais benéfica ao condenado.* Confira-se a íntegra da ementa do referido julgado:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO INEXISTENTE. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE RECORRER. MULTA CUMULATIVA. PRESCRIÇÃO COM A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. AGRAVO REGIMENTAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. TERMO INICIAL. TRÂNSITO EM JULGADO PARA A ACUSAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. EMBARGOS REJEITADOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Reconhecida a prescrição da pretensão executória, fica prejudicada a impugnação acerca da multa cumulativa, porquanto prescreve juntamente com a pena privativa de liberdade, nos termos do art. 114, II, do CP.

2. Não se caracteriza a alegada ofensa ao princípio da colegialidade o reconhecimento, pelo relator em decisão monocrática, de causa extintiva da punibilidade, sobretudo diante da possibilidade de impugnação via agravo regimental (AgRg no HC 459.152/SP, Rel.

Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 30/10/2018).

**3. Nos termos do art. 112, I, do Código Penal, o termo inicial do prazo da prescrição da pretensão executória é a data do trânsito em julgado para a acusação, e não para ambas as partes, prevalecendo a interpretação literal mais benéfica ao condenado.**

4. Transcorrido lapso temporal superior a 8 anos, desde o trânsito em julgado da sentença condenatória para o Ministério Público, sem que tenha sido iniciada a execução da pena, operou-se a prescrição da pretensão executória.

5. Embargos de declaração de JOSÉ CLETO GONÇALVES rejeitados e agravo regimental do Ministério Público Federal improvido.

(EDcl na PET no AREsp 536.804/MS, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 20/05/2019).

# *Superior Tribunal de Justiça*

No caso vertente, o paciente foi condenado, como incurso no crime do art. 33 da Lei 11.343/2006, à pena de 1 ano e 8 meses de reclusão, em regime inicial aberto, substituída por restritivas de direito, convertidas em pena privativa de liberdade novamente, em razão de o réu não ter sido localizado para o cumprimento da pena.

Portanto, entre a data do trânsito em julgado para a acusação, em 14/4/2014 (fl. 31), e a presente data, porquanto ainda não iniciado o cumprimento da pena, verifica-se o decurso de prazo superior aos 4 anos, o que caracteriza a prescrição da pretensão executória da pena do crime do art. 33 da Lei 11.343/2006 (1 ano e 8 meses de reclusão), nos termos dos arts. 109, V c/c arts. 112, I e 117, V, todos do Código Penal.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para extinguir, pela prescrição da pretensão executória, a punibilidade do crime do art. 33 da Lei 11.343/2006 imputado ao paciente.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator